

# A CONCEPÇÃO DO BRINCAR NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

## THE CONCEPTION OF PLAYING ON THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE

Gabriela Fiúza Oliveira Albuquerque 1

Ilda Neta Silva de Almeida 2

Valter Domingos Rezende Carvalho 3

**Resumo:** O artigo tem por objetivo descrever de que maneira a nova BNCC trabalha a concepção brincar na Educação Infantil. O tema tem como eixo central o brincar como abordagem de experiências para o desenvolvimento na Educação Infantil. A linha da análise está voltada em demonstrar que brincar é um processo natural do ser humano e pode, ao mesmo tempo, enriquecer ou contribuir na formação humana integral da criança, pois através do brincar, as crianças se socializam, interagem e favorece a ampliação cognitiva, afetivo social e físico da criança. A pesquisa é do tipo bibliográfico de cunho qualitativo. A BNCC estabelece dez competências gerais que as crianças e os alunos devem desenvolver ao longo de etapas da Educação Básica e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. O brincar na BNCC é combinado como direito basal e recurso de incremento da criança. Nos díspares campos de conhecimentos, o brincar surge como abordagem vivencial a ser trabalhada de forma intencional e organizada pelo professor, já que a brincadeira é intercessora de aprendizagens significativas na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Brincar. Educação Infantil.

**Abstract:** The purpose of this article is to describe how the new BNCC works to design play in Early Childhood Education. The central theme of the theme is to play as an approach to developmental experiences in Early Childhood Education. The line of analysis is focused on demonstrating that play is a natural process of the human being and can, at the same time, enrich or contribute to the integral human formation of the child, since through play, children socialize, interact and favor cognitive expansion of the child, social and physical affection of the child. The research used was of a bibliographic type with a qualitative character. The BNCC establishes ten general competences that children and students should develop throughout the stages of Basic Education and contribute to the construction of a more just, democratic and inclusive society. Playing in the BNCC is combined as a right and basal incremental resource for the child. In the disparate fields of knowledge, play comes as a goal to be worked on, since the play is intercessor of meaningful learning in all of them.

**Keywords:** Play. Child education. BNCC

1- Pedagoga (2019). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3052626902840502>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3467-4292>  
E-mail: [gabyzinhafiuza02@gmail.com](mailto:gabyzinhafiuza02@gmail.com)

2- Mestre em Educação -UFT (2017-2019) Pedagoga- Faculdade Aphoniano(2006) Docência Universitária-Faculdade Araguaia (2008) Sociologia e educação Faculdade Aphoniano (2009) professora da educação básica - Rede Estadual de Ensino do estado do Tocantins.SEDUC. Professora do curso de Pedagogia- Faculdade ITOP. lattes: <http://lattes.cnpq.br/5069696336132768>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4673-722X>. E-mail: [ildaneta@hotmail.com](mailto:ildaneta@hotmail.com)

3- Jornalista e comunicólogo (2007), Letras (2013), Especialista em Língua Portuguesa e Literaturas. Professor da Rede Municipal de Ensino de Palmas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8789927858615711>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0783-779X>. E-mail: [valterezendecarvalho@gmail.com](mailto:valterezendecarvalho@gmail.com)

## **Introdução**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que foi aprovado em 2017, através da Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017. O documento define o conjunto de aprendizagens efetivas que todos os alunos devem desenvolver nas modalidades da Educação Básica e tem por objetivo balizar a categoria da educação no país.

Antes dessa aprovação de 2017 existiram duas outras versões da BNCC. A primeira versão foi em 2014, com o objetivo de “marcar as trajetórias de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes na Educação Básica e garantir o direito à educação ao longo de sua vida escolar”. A segunda versão foi em 2016, tem como finalidade “orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares e como fundamento o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento na Educação Básica” e a terceira em 2017 que “estabelece formas diferentes e equivalentes para uma configuração comum”, ou seja, o que os alunos devem aprender na Educação Básica, tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los (BRASIL, 2017).

Para Kishimoto (2010), “é um aparelho básico para dar transparência e perceptibilidade às organizações de educação”. Ou seja, orientar o que a criança deve ou não estudar de forma igualitária na educação infantil.

Conforme a BNCC (2017), a educação infantil necessita estabelecer “estratégias e ações para que as crianças possam observar, investigar e explorar o ambiente, manejar objetos e brinquedos, criar suposições e verificar as informações para confirmar as perguntas e curiosidades”. Assim, a instituição está dando oportunidade para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (BRASIL, 2017, p.47).

De acordo com a BNCC o aperfeiçoamento para as crianças participantes da educação infantil é apresentado em seis direitos, são eles: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se” (BRASIL, 2017, p.36).

O tema tem como eixo central o brincar como abordagem de experiência favorecedora da aprendizagem e do desenvolvimento na educação infantil. A linha da análise está voltada em demonstrar que brincar é um processo natural do ser humano e pode, ao mesmo tempo, enriquecer ou contribuir na formação humana integral da criança, pois através do brincar, as crianças se socializam, interagem e favorece a ampliação cognitiva da criança, afetivo social e físico da criança.

As Instituições de Educação Infantil é o espaço favorável para que a criança experimente novas sensações, faça novas descobertas sobre si e o outro, amadurece e aprende a lidar com seus medos e ansiedades. Dessa forma é imprescindível que as Instituições de Educação Infantil insiram em seu contexto a utilização do brincar na prática pedagógica.

Atualmente, a aprendizagem lúdica vem conquistando um espaço no cenário educacional. Utilizar o brincar no aprendizado como abordagem de experiência infantil metodologia de ensino favorece a produção do conhecimento, desenvolvimento e aprendizagem da criança. Dessa forma, é necessário enxergar a Instituição de Educação Infantil como um espaço onde as crianças possam vivenciar a ludicidade como meio de desenvolver o raciocínio, a criatividade, a atenção.

O ensinar na prática educativa infantil consiste em criar possibilidades para produção do conhecimento, integração social e aprendizagem. Igualmente, cabe ao professor propiciar um ambiente adequado e com os outros elementos motivadores para que a criança possa realizar suas atividades utilizando no trabalho pedagógico o brincar como base das experiências de aprendizagem favorecedoras do desenvolvimento infantil.

Este artigo tem como finalidade explorar o direito de brincar, que de maneira genérica, compreende os outros direitos recomendados na BNCC. Segundo Verghnhanini (2011, p.29) “as crianças podem construir conhecimentos através de ações e interações com seus pares e com adultos, possibilitando aprendizagens, desenvolvimento e socialização”.

É importante ressaltar que a interação durante o brincar é prática cotidiana da infância, porém traz diversas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto é possível identificar a expressão dos afetos, a resolução de conflitos e o domínio das emoções e das frustrações.

Nesse sentido, nos momentos de brincar, as crianças podem dividir brinquedos, construir novos brinquedos, desenvolver outras formas de linguagem e ainda determinar papéis em uma brincadeira de maneira espontânea e incrementar uma liderança.

É importante destacar que, a Educação Infantil é a primeira etapa onde o processo educacional formal tem início. Neste sentido este artigo pretende contribuir para identificar a concepção do brincar na Base Nacional de Currículo Comum na educação infantil.

Brincar faz parte do planejamento e do potencial de poder desenvolver experiências e ações com as crianças oportunizando a elas a interação, experimentação, criação e expressão, podendo assim, o professor, oferecer espaços específicos e recursos próprios para a promoção desse desenvolvimento individual e coletivo.

Percebe-se que, a BNCC transpareceu que era um processo democrático porque pressupôs que todos os envolvidos e interessados foram ouvidos, mas no final não atendeu as demandas participativas deste processo. Foi aprovada conforme as premissas do Ministério de Educação e Cultura, sem considerar significativamente as contribuições dos grupos de professores, pais, alunos e demais pessoas ativas no processo. Ela propõe estabelecer uma proposta basilar nacional curricular para a Educação infantil e Ensino fundamental, deste modo todas as escolas das redes públicas e privadas terão que rever e reelaborar suas propostas curriculares. Partindo destas mudanças surgiu a motivação e justificativa para a construção deste artigo. Enquanto acadêmica do curso de Pedagogia surgiu o interesse em saber como fica as questões do brincar da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular.

Esta pesquisa se sustenta a partir dessa investigação posto que a BNCC é um documento obrigatório, mandatário que todas as escolas terão que se ajustar ao que ela propõe e elaborar sua proposta pedagógica, assim a partir da concepção do brincar na BNCC, pergunta-se: qual a concepção do brincar que a BNCC apresenta na sua versão aprovada em 2017? Para responder a esta questão, a abordagem metodológica foi de cunho bibliográfico, de natureza qualitativa e sustentada em aporte teórico e documentos legais.

O artigo tem por objetivo apresentar de que maneira a BNCC aprovada em 2017 concebe o brincar na Educação Infantil e especificamente para responder a esta problemática o artigo organiza se nos seguintes tópicos: Concepções do Brincar e o Brincar na BNCC.

### **Concepções do Brincar**

O brincar é da natureza própria da infância, as crianças já nascem gostando de brincar, porque a brincadeira é a forma dela expressar sua linguagem, seu comportamento, sua representação de mundo. O brincar é uma forma dela imitar o mundo adulto. Segundo Seber (2009), o brincar é primordial para o desenvolvimento psicológico da criança, porque ela desenvolve através de atividades que favorecem o aprender, o andar, o falar e ainda, construir novas experiências. Já para Bortoni-Ricardo e Sousa (2006) a criança quando brinca confere sentidos aos objetos diversos, e a medida que são explorados são desenvolvidos.

O brincar de zero a dois anos é composto por expressões físico-motoras, movimentos oculares, movimentos dos bracinhos, das pernas. De acordo com Vygotsky (1998) envolve o brincar como uma atividade social da criança, cujo caráter e origem menciona consistem em elementos basais para o aumento cultural, ou seja, o brincar como captação da realidade. Nesse sentido, para Piaget (1999) na fase de zero a dois (0 a 2) anos, a criança capta o mundo através da astúcia e dos movimentos, o recém-nascido restringe-se ao exercício dos reflexos. O seu aumento é célere dando apoio para as suas novas aptidões motoras como, por exemplo: pegar, andar, olhar, apontar entre outros.

Para Ferland (2006), as crianças entre 18 e os 36 meses se interessam por jogos de encaixe, construção e jogos de faz de conta e já começam a brincar com outras crianças. Na idade pré-escolar, entre os 3 e 5 anos, o brincar já é de maneira autônoma, buscam o imaginário e as experiências do dia-a-dia para recriarem as situações de brincadeira.

Brincar é o modo que a criança tem de conhecer o mundo que a cerca. É por meio da brincadeira que a criança descobre, aprende e se desenvolve, tanto na escola quanto em casa, na rua, no jardim e, assim por diante.

O brincar faz parte da infância da criança e o lúdico deve estar inserido no processo

educativo principalmente na educação infantil. Assim, levando em consideração que a educação é uma atividade essencial para a sociedade e para o desenvolvimento cultural dos grupos sociais, ressalta-se que, segundo Bortoni-Ricardo e Sousa (2006) a educação se inicia desde quando nasce até a morte.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) aprovada em 20 de dezembro de 1996, destacamos na seção II, a qual dá ênfase à Educação Infantil, onde são oferecidas creches para crianças de até três anos de idade (BRASIL, 1996)

Nesse sentido após a conceituação e compreensão teórica do brincar, verificamos que o brincar é evidenciado também nos documentos legais do país. A partir de 1998, alguns documentos foram criados para subsidiar essa prática na educação infantil<sup>1</sup>. Um desses documentos foram os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI, que em seu texto traz formas de brincadeiras a serem realizadas pelo professor, com o objetivo de auxiliar na aprendizagem de conteúdo (BRASIL, 1998)

No Brasil a LDB deixa claro que compete a União aos Estados e Municípios definir conteúdos mínimos comuns. A LDB de 1996 foi responsável pela preparação de Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação que estabeleceu o currículo da Educação Básica e determinou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que constituíram em conciliar um embate. De um lado um grupo que acreditava ser importante se definir um conteúdo mínimo nacional, e por outro lado os argumentos que defendiam a inadequação de diretrizes em um País de tanta diversidade.

Na Educação Infantil a nomenclatura empregada para se referir à organização curricular nunca foi clara, entende-se que existe ainda grande dificuldade em distinguir as propostas pedagógicas das propostas curriculares.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, ressalta que o brincar é qualquer atividade efetiva no dia-a-dia escolar para que as crianças possam se ampliar e situar os alicerces para os níveis de escolarização.

Já nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação infantil (1998), entendemos que, o brincar é um processo expressivo para o incremento de informações, de novidades nas aprendizagens e descobertas infantis, como o brincar de construções, de regras e o de faz- de- conta, esta última é uma brincadeira que emprega extremamente a concentração da criança, consentindo reviver períodos já existidos, copiar adultos, criar narrativas, permitindo o aumento da autonomia na realização e criação da brincadeira

Brincar é essencial para o aumento da identidade e autonomia. “Uma criança, desde cedo, através de sons, gestos, se comunica através de fatos que incrementa sua imaginação” (RCNEI, 1998). Brincar é fundamental para desenvolver a mobilidade das crianças, o manuseio de brinquedos, dançar, pular, e facilitar sua coordenação motora. Porém, na educação formal o brincar necessita que os educadores exerçam seu papel de mediador, tenha clareza de sua posição e considerem o ato de brincar como meio de vivenciar descobertas e o direito das crianças, reconhecido em leis e declarações, que não reduzam o ato de brincar como perda de tempo, mas como abordagem de experiência para a possibilidade do desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma, o direito do brincar deve ser entendido como primordial para a interação das crianças com o meio em que vivem e se relacionam. O ato de brincar é um processo natural, espontâneo, onde as crianças utilizam sua imaginação e criatividade para produzirem novos conhecimentos e descobrir informações que as possibilitem desenvolver a compreensão dos limites sociais, das regras de convivência, da organização cronológica, das rotinas, da convivência, de si, do outro, do mundo e das coisas.

Deste modo concluímos que o brincar é próprio da natureza da criança e deve estar presente nos espaços da Educação Infantil. É uma abordagem de experiência inerente a existência do infante, nesse sentido, contempla globalmente o respeito à concepção atual de criança de que elas são:

<sup>1</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PQNEI, 2006) <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. “sujeito de direitos” (DCNEI, 2010, pg. 14).

Assim o brincar não deve ser encarado como perda de tempo nos espaços de Educação Infantil, mas sim experiências que contribuem para o desenvolvimento integral das crianças. Essa compreensão é muito presente nos espaços infantis de perspectiva Froebeliana, conhecida como Tendência Pedagógica Romântica. “A tendência romântica, é onde a pré-escola é um jardim, as crianças são as flores ou sementes, a professora é a jardineira e a educação é o motor do desenvolvimento natural” (KRAMER, 2006, pg. 30).

### **O brincar na BNCC**

As concepções do brincar infantil são reflexos da compreensão temporal, social, política e cultural de como a criança foi concebida ao longo do tempo. Percebemos que historicamente tanto a criança como o brincar foram concebidas de acordo com a sociedade e/ou grupos sociais de cada época e local. Não podemos generalizar as concepções e conceitos do brincar e da criança, pois estas variam conforme os contextos e aspectos a serem levados em consideração.

Nesse sentido, destacamos neste tópico, o brincar na BNCC (2017). Mas antes consideramos válido pontuar duas concepções de criança, pois o brincar nas instituições Infantis, acaba que, pedagogicamente sendo uma atividade consequente da forma de como a criança é entendida, vista e concebida. As concepções são de dois documentos da educação, as DCNEI (2010) e a BNCC (2017).

Notamos que na DCNEI (2010), a criança é concebida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010, pg. 14).

Já na BNCC (2017) a criança é concebida como:

Ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir **intencionalidade educativa** às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2017, p.36).

Deste modo notamos que a criança enquanto sujeito de direito (DCNEI, 2010), brincar conforme suas impressões e interpretações do contexto histórico, familiar dos meios de comunicação que estas têm acesso, de outras situações que a influencie e que fazem parte de sua realidade. Sua conduta no brincar será resultado das vivências, experiências trazidas de casa e dos meios que ela interage e vive. De modo que, neste documento notamos maior ênfase no respeito à natureza infantil, valorização da criança, consideração quanto às particularidades de cada uma e maior ênfase na diversidade e pluralidade dos diversos perfis de criança que chegam as Instituições Infantis. A aprendizagem e desenvolvimento estão relacionado quanto a capacidade de construir “sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.”

ABNCC (2017) apresenta uma perspectiva padronizada, tende a considerar uma concepção linear de brincar e aprender por conta do papel do professor de atender e cumprir

a “necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.” Apresenta ainda que a aprendizagem e o desenvolvimento estão relacionados a apropriação do “conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo”. De modo que o brincar deve ser dirigido, intencional e organizado sistematicamente. Apontando para uma caracterização de Educação Infantil como treino para o Ensino Fundamental ou mesmo um pré-processo de escolarização. Quando historicamente, percebemos que houve uma luta intensa quanto às políticas públicas e abordagens teóricas voltadas para assegurar que na Educação Infantil experiências e vivências da infância e na infância que pudessem garantir o desenvolvimento integral das crianças enquanto crianças e não como alunos em miniatura. Notamos que a BNCC apresenta uma abordagem de escolarização das crianças.

Mais adiante a Base Nacional Comum Curricular (2017), apresenta o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil:

“Brincar cotidianamente de diversas formas” em diferentes espaços e tempos com diferentes parceiros, crianças e adultos, ampliam do e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, suas criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sócias e relacionais. (BRASIL, 2017, p.36).

No entanto este direito parece contraditório ou enfraquecido, quando no mesmo documento, expressa claramente as expectativas de resultados de aprendizagem e desenvolvimento ao final de cada faixa etária e etapa. A versão final da Base Nacional Comum Curricular (2017) exibe em seu parecer de aprendizagem e desenvolvimento resultados desconexos em campos de experiências e subdivididos em faixas etárias de acordo com a idade, reconfigurando determinados princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Nesse contexto, analisar a criança como ser que reflete, experimenta, interatua, vivencia, divide conhecimento e que brinca, parece não está tão explícito nessa nova Base Curricular e isso é nítido quando se expõem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento reunidos de acordo com a faixa etária da criança, como se isso retratasse um parâmetro nacional.

Notamos que, nos documentos anteriores<sup>2</sup> a BNCC (2017) havia ênfase no respeito a natureza da infância, da criança enquanto criança e que naturalmente desenvolvem-se de modos e formas diferentes. Com a BNCC há sutilmente um “enquadramento” das habilidades e competências infantis. Transparece certa tendência a alcançar resultados ao final de cada idade, de cada faixa etária. E, sabemos que, nem sempre as crianças desenvolvem-se no mesmo ritmo, velocidade e aspectos. Pontuamos que há uma tentativa de escolarizar a Educação Infantil, sendo que a finalidade da educação Infantil “É garantir o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 1996, pg.31)

Parece haver na BNCC uma preocupação nos resultados de aprendizagem e desenvolvimento e não mais no sujeito de direito (criança). Na medida em que a BNCC pontua sobre o protagonismo da criança destaca a mediação direcionada e sistematizada do professor. A criança se torna protagonista em prol de atender as expectativas de aprendizagem padrão do modelo de desenvolvimento infantil do atual modelo político, econômico e educacional que começa a imperar no país.

Brincar, segundo Pereira (2011) “é uma atividade de elo com si mesmo e com o outro, é descobrir, escolher, recriar a partir da compreensão do jogo”, ou seja, ter nela uma atividade com o objetivo de decifrar enigmas da vida e ao mesmo tempo, construir momentos de prazer.

Brotto (2009, p.16) destaca que o jogo se aproxima da vida e traz o reflexo do dia a dia, podendo assim, representar de diversas formas a criatividade das crianças e a capacidade de desenvolvimento.

Macedo (2015, p.10) confirma que o brincar é essencial para o desenvolvimento infantil. É a principal atividade das crianças e que só não a exercerem se estiverem cansadas, doentes ou impedidas, pois brincar a envolve por completo e possibilita a ampliação do seu repertório cultural, social, afetivo, físico e cognitivo.

Segundo Santos (2014), brincar é uma forma de expressão que utiliza o ambiente que o cerca como fonte de inspiração. No campo da ludicidade, a criança encontra harmonia entre o real e o imaginário. Os objetivos da atividade lúdica segundo Almeida (2008, p.35) é fazer uma analogia entre as relações múltiplas do ser humano e o contexto histórico, social, cultural e psicológico e dentre elas destacar as ações reflexivas, criativas, inteligentes e sociais buscando através das brincadeiras o ato de educar conscientemente, intelectualmente e sem perder o prazer do ato de brincar.

Dessa forma, percebe-se a relevância da ludicidade na formação das crianças desde as séries iniciais até o ensino fundamental. Estimular a criatividade, a linguagem corporal, a música, o teatro, os jogos e as brincadeiras dentro do contexto do dia a dia é experimentar o mundo na realidade infantil.

Evidencia-se assim, que a o professor necessita ser criativo em potencial para propor brincadeiras e jogos para estimular a aprendizagem dos alunos e com isso ensiná-lo a ser criativo e a utilizar sua personalidade na integralidade. Dessa forma, vale ressaltar que, aprender é edificar significados e ensinar é elucidar a construção desses significados para a vida. A criança que brinca continuamente, com assentamento auto ativa, pode com certeza tornar-se um adulto apurado adequado de agenciar o seu bem-estar e do outro.

### **Considerações Finais**

Os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser assegurados para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver, de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras) na BNCC: Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar e Conhecer-se.

Percebeu-se na leitura dos artigos e análise da BNCC que o brincar destaca o relacionamento das crianças com outras, a interação com adultos e também consigo mesma, seja em casa ou na escola. É função da Instituição da Educação Infantil, enquanto formadora de conhecimentos, ampliar as aprendizagens e conhecimentos das crianças, direcionando as mesmas para o brincar, e todas as atividades propostas pela Instituição da Educação Infantil.

Na BNCC um dos direitos destacados é o Brincar na Educação Infantil, pois cria possibilidades para que a criança brinque, explore, crie, se expresse, interaja com outras possibilidades, tendo o professor como mediador do brincar através de espaços planejados e recursos para a promoção e incremento de cada uma delas.

O trabalho com distintas linguagens parte da comprovação de que hoje a criança vive cercada pela música, pela dança, pelo teatro, pelas linguagens plásticas do desenho, da pintura, da escultura etc. Muito já se alcança sobre como nortear adequadamente a assimilação dessas linguagens pela criança desde muito pequena.

Como propomos inicialmente, apresentar a concepção do brincar na BNCC atendendo a seguinte questão: Qual a concepção do brincar na BNCC? Notamos por meio desta pesquisa que o brincar é um direito da criança que interliga os cinco outros direitos de aprendizagem da criança na Educação Infantil. Notamos que o brincar na BNCC acompanha ainda a orientação das DCNEIS quanto às interações e brincadeiras, mas que apresentam concepções de criança de modo diferente.

Notamos que na BNCC o brincar surge como experiência direcionada e mediada pelo professor, mas que tal orientação não deve anular o protagonismo infantil. Entendemos que o brincar destaca-se na BNCC como atividade impregnada da necessidade de intencionalidade educativa as práticas pedagógicas o que evidencia um movimento de escolarização na Educação Infantil e enfraquecimento de práticas centradas na criança enquanto infante, enquanto sujeito histórico. Notamos uma perspectiva de criança como aluno em miniatura com resultados a serem atingidos e alcançados por todas as crianças. Principalmente pelas crianças da pré-escola com quatro e cinco anos, faixa etária esta que o município é obrigado legalmente a

atender as necessidades de demandas.

O brincar na BNCC, se aproxima mais da Tendência Pedagógica Cognitiva do que da Romântica e Crítica. Pois a BNCC pontua o brincar como fator de colaboração na aprendizagem infantil e inserção no universo científico.

A concepção do brincar na BNCC, aponta para o caráter da ludicidade nas experiências infantis de aprendizagem. Destaca que é importante o brincar livre, mas prioriza as brincadeiras e interações mediadas pelo professor, porque estas direcionam para o alcance dos objetivos de aprendizagem.

Não especifica o brincar por faixa etária, somente os objetivos de aprendizagem a serem alcançados, como também não aponta para como efetivá-los, somente assegura a obrigatoriedade de que devem ser operacionalizados nos contextos das instituições infantis, não sugere possibilidades de realização.

O brincar é uma prática relevante para o desenvolvimento infantil e cabe aos professores mediar esse processo. Pois, quando a criança brinca, ela explora, pula, anda, conversa e desenvolve diversas atividades e assim desenvolvem a fala, solucionam problemas, e não tem o medo de errar. Segundo Kishimoto (2010) as atividades significativas ao brincar realizam e experimentam momentos importantes de descobertas e desenvolvimento.

Nesse contexto, pergunta-se: o que significa desenvolvimento? Para muitos autores, significa um processo construtivo que inclui o tempo, o espaço e a criatividade. Santos (2014) destaca que o desenvolvimento possui um caráter transitório ou permanente, que vaga nas incertezas ou exclusões e que abre a possibilidade de conhecimento ou realização.

Em resumo, os processos mentais essenciais é a capacidade de o homem evoluir pelo simples fato de interagir com o meio. A imaginação, assim como a função do conhecimento surge da ação. Ou seja, uma criança imagina e dessa imaginação, joga a ideia que diz o jogo da criança ser essencial para o desenvolvimento e evolução do conhecimento das crianças através dos jogos e dos brinquedos que estimulam a imaginação.

Nas Instituições de Ensino Infantil, compreende-se a acuidade da performance do professor como mediador, quanto um componente intercessor, externo: uma “ferramenta auxiliar da atividade humana” (OLIVEIRA, 2013, p. 27). A intercessão, para Vygotsky, incide em improvisar um método simples de estímulo-resposta, uma ação difícil por ser intercedido, em que a analogia deixa de ser direta e incide a ter a influência de um ambiente externo. O autor vai catalogar a ideia de mediação com a sua cátedra pedagógica, o docente se assenta no papel de mediador na relação existente entre a criança e seu desenvolvimento por meio do brincar, e é desta forma que a BNCC estabelece a relação entre o professor, a criança e o brincar, considerando o brincar como possibilitador do desenvolvimento infantil mediados pela intencionalidade pedagógica.

### Referências

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SOUSA, Maria Alice Fernandes de. **Andaimos e Pistas de contextualização** – Um estudo do processo interacional em uma sala de alfabetização. In: TACCA, Maria Carmem Villela Rosa (Org.). *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Alínea, 2006, p. 167- 179.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC Versão Final**. Brasília, DF, 2017.

BROTTO, F. O. **Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. Santos, SP: projeto cooperação, 2009.

DCNEI - **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010

FERLAND, F.; **O brincar e a Terapia Ocupacional O Modelo Lúdico: 3 ed.** São Paulo: ROCA, 2006.



KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento – Perspectivas Atuais** Belo Horizonte, novembro de 2010.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos:** uma alternativa curricular para a educação infantil. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 2006.

MACEDO, L. de. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2015.

OLIVEIRA, M. K. **Vigotsky:** aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2013.

PEREIRA, Jane E. **A importância do lúdico na formação de educadores:** uma pesquisa na ação do Museu da Educação e do Brinquedo - MEB. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo

PIAGET, J. **A formação do símbolo:** imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SANTOS, Carmen Sevilha Gonçalves dos. **Interação professor-aluno e aprendizagem de leitura e escrita numa primeira série do primeiro grau.** Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, 2014

SEBER, M. da G. **A Escrita Infantil:** o caminho da construção. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e Ação na Sala de Aula).

VERGNHANINI, N. S., **Quero brincar: a brincadeira de faz-de-conta e o desenvolvimento infantil.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, São Paulo.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes 1998.

Recebido em 12 de março de 2020.

Aceito em 2 de junho de 2020.